

Orçamento prevê mínimo de R\$ 375

Proposta enviada ontem pelo Executivo ao Congresso calcula aumento de 9,8% na arrecadação de impostos em 2007

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, afirmou que o crescimento da arrecadação será devido ao crescimento da economia e aos programas de combate à sonegação fiscal. Ele disse que não haverá

aumento de impostos. Os maiores investimentos devem ocorrer na área de rodovias: R\$ 4,6 bilhões. Os gastos sociais sobem de R\$ 57,1 bilhões para R\$ 60,1 bilhões. O aumento do salário mínimo será menor que o deste ano. **Página 2**



Segundo Paulo Bernardo, carga tributária não vai aumentar no ano que vem

Projeto orçamentário estima receita líquida da União de R\$ 501,6 bilhões



Wilson Dias/ABr

Foto: AF

Renan define na terça-feira pauta de votações com os líderes partidários

Senado promove o último esforço concentrado antes das eleições; matérias importantes dependem de decisão da Câmara. **Página 3**



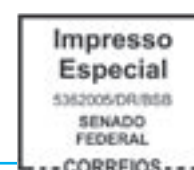
José Cruz

Documento liga 60 prefeituras ao esquema das ambulâncias

O sub-relator de Sistematização da CPI dos Sanguessugas, deputado Carlos Sampaio, entregou à comissão fluxogramas apontando envolvimento

de 60 prefeituras com a máfia das ambulâncias. Cruzamento de dados liga essas prefeituras a 37 parlamentares que teriam recebido propina. **Página 4**

Carlos Sampaio (E) diz que CPI deve estar disponível para receber provas contra parlamentares



Governo prevê aumento nominal de 9,8% na arrecadação de impostos cobrados pela União e reajuste do salário mínimo menor que nos últimos anos: de R\$ 350 para R\$ 375

Congresso recebe proposta do Orçamento de 2007

O Executivo encaminhou ontem ao Congresso a proposta do Orçamento da União para o ano que vem. Ela estima um aumento nominal de 9,8% na arrecadação de impostos cobrados pela União e um reajuste do salário mínimo para cobrir apenas a inflação passada (cerca de 4,5%), acrescida do mesmo percentual do crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita* (aproximadamente 2,5%). Com isso, o mínimo passaria, em 1º de abril de 2007, de R\$ 350 para R\$ 375.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, afirmou que o aumento da arrecadação se deve ao crescimento da economia e a programas de combate à sonegação fiscal. "Não haverá aumento de imposto", garantiu.

Com uma arrecadação maior, o governo poderá elevar os investimentos dos ministérios de R\$ 16,2 bilhões neste ano para R\$ 17,6 bilhões em 2007. Os maiores investimentos continuam na área de rodovias, passando de R\$ 3,5 bilhões este ano para R\$ 4,6 bilhões em 2007. Já os gastos sociais sobem de R\$ 57,1 bilhões para R\$ 60,1 bilhões. O Bolsa Família gastaria pouco mais que em 2006: cerca de R\$ 8,6 bilhões.

O Orçamento de 2007 não sinaliza novos aumentos para o funcionalismo público. Os gastos do setor vão subir por causa de



Paulo Bernardo: arrecadação vai subir sem aumento de impostos

reajustes concedidos nos últimos meses e pelo crescimento vegetativo da folha salarial. Estão previstos concursos públicos para preenchimento de 28.700 vagas, sendo 13.500 para substituir terceirizados. Os gastos com ativos e inativos passam de R\$ 106,7 bilhões para R\$ 117,9 bilhões.

O déficit da Previdência Social (INSS) deve aumentar R\$ 5,4 bilhões ao longo do próximo ano, chegando a R\$ 46,4 bilhões. Em relação ao PIB, pela expectativa, subirá de 1,95% para 2,02%.

O ministro sustentou que o governo não pode, neste momento, prever se suas despesas correntes (funcionamento da máquina pública) vão diminuir em 0,1% do PIB, como contido no projeto original da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado ao Congresso. Como o Plenário ainda não votou créditos de cerca de R\$ 7 bilhões para gastos de 2006, explicou, fica difícil fazer o cálculo. Os parlamentares incluíram pequenas alterações nesse ponto durante a

discussão do assunto na Comissão Mista de Orçamento, mas o Plenário até agora não votou o projeto da LDO, enfrentando obstrução oposicionista. Paulo Bernardo afirmou que o governo vai negociar com o Congresso: ou se mexe no artigo que trata da queda de gastos em 0,1% do PIB ou os parlamentares fazem cortes no projeto orçamentário, "se necessário".

Receita

O projeto que chegou ao Congresso prevê que no próximo ano a receita líquida da União será de R\$ 501,6 bilhões (deve ficar em R\$ 458,5 bilhões em 2006). As despesas primárias devem chegar a R\$ 547,8 bilhões, contando o pagamento de juros (R\$ 165,9 bilhões). No final, conforme o ministro do Planejamento, o governo central (exceto estatais federais e estados) deve ter um déficit nominal de 3,07% do PIB, que será financiado com a emissão de títulos públicos.

O governo trabalhou com a expectativa de que a economia crescerá 4,75% em 2007. A inflação ficaria em 4,5%. O PIB nominal deve chegar a R\$ 2,29 trilhões. A proposta trabalha com um superávit primário (saldo, antes do pagamento de juros) de 4,25% do PIB, como aconteceu nos últimos anos. Esse dinheiro será usado no pagamento de juros da dívida pública federal.

CRE analisa nomes para embaixadas brasileiras nas Bahamas e em Zâmbia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve analisar na terça-feira as mensagens presidenciais que indicam os diplomatas Tomás Maurício Guggenheim e Josal Luiz Pellegrino para exercerem respectivamente o cargo de embaixador do Brasil nas Bahamas e em Zâmbia. Caso aprovadas, as duas proposições serão encaminhadas para votação em Plenário.

A mensagem de indicação de Guggenheim é relatada por Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Já o presidente da CRE, Roberto Saturnino (PT-RJ), é o relator

da mensagem de designação de Pellegrino.

Segundo Tourinho, as relações econômicas entre Brasil e Bahamas apresentam sensível expansão. Em seu relatório, Tourinho ressalta ainda acordo entre os dois países para o combate à lavagem de dinheiro.

Conforme as informações contidas no relatório de Saturnino, Zâmbia detém um PIB de US\$ 6,8 bilhões, sendo o cobre sua maior fonte de divisas. O turismo também é considerável gerador de renda. O país possui algumas das mais importantes reservas de vida selvagem da África meridional.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário retoma votações na segunda-feira

Os senadores se reúnem hoje, às 9h, em sessão não-deliberativa. As votações serão retomadas na próxima semana, quando o Congresso promove o último esforço concentrado antes das eleições. Na pauta, propostas de emendas constitucionais e medidas provisórias que devem ser encaminhadas pela Câmara dos Deputados.

Qualidade de vida dos animais do Zoológico de Brasília

O programa de melhoria da qualidade de vida dos animais do Zoológico de Brasília, conhecido como "Enriquecimento", é o tema do *EcoSenado* deste fim de semana. A atração vai ao ar pela TV Senado amanhã, às 15h15, e no domingo, às 15h30. As medidas adotadas no zoológico têm como objetivo reduzir o estresse natural dos animais, por viverem em condições diferentes daquelas que encontram na natureza.

Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar começa a analisar, na próxima semana, os processos contra os três senadores comprometidos pela CPI dos Sanguessugas. Estão previstos depoimentos para terça e quarta-feira.

China na Rádio Senado

Às 20h, a Rádio Senado apresenta o especial *China em Revista*. No programa, uma viagem por aquele país, sua história e sua cultura milenar, além de reportagens e entrevistas sobre a economia chinesa e seu relacionamento com o Brasil.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Paulo Paim e pela senadora Iris de Araújo

Paim ouve sugestões e propõe norma para contribuição sindical

Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto que regulamenta a contribuição sindical, estabelecendo a obrigatoriedade de um desconto único anual de até 1% no salário bruto de cada trabalhador, sindicalizado ou não. O percentual será fixado em assembléia geral da referida categoria e o dinheiro deverá ser destinado ao financiamento da negociação do acordo coletivo e a outras atividades sindicais.

– Houve uma discussão no sentido de que apenas os que quisessem se associar ao sindicato é que deveriam contribuir, e que os que preferissem não contribuir não seriam beneficiados pelo acordo ou dissídio coletivo. Achei legítimo o debate, mas preferi não optar por esse ponto de vista, pois terminaríamos caindo no sistema europeu, onde uma empresa tem até dez sindicatos – afirmou.

O senador registrou que o texto final foi fruto de audiência da qual



Gerardo Magela

Texto final é resultado de debates em audiência pública, ressalta Paulo Paim

participaram as centrais sindicais e confederações de trabalhadores, além de representantes dos ministérios do Trabalho e Público do Trabalho. A proposta, enfatizou, está aberta à negociação.

Paim destacou ainda a 29ª Expointer, que se realiza em Porto Alegre até domingo. Ele informou que cerca de 2.500 expositores estão participando e mais de 6 mil animais de raça foram colocados a venda.

Iris protesta contra indiferença de médico com parturiente no Rio

Ao discursar ontem em Plenário, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) protestou contra caso relatado pelo jornal carioca *O Dia*, segundo o qual um médico teria ignorado, no último sábado, uma mulher grávida que estava em trabalho de parto em uma das escadas do Hospital Estadual Rocha Faria, no Rio de Janeiro.

Iris destacou que a matéria publicada apresenta uma foto, na qual se vê “a moça, já em trabalho de parto, contorcida por dores e jogada no canto de uma escada do hospital. No outro canto da mesma escada, e no mesmíssimo degrau em que a parturiente se debatia, a figura de um médico, de jaleco e crachá, passando por ela, mas se espremendo do outro lado e virando o rosto para, simplesmente, ignorá-la”.

– Essa cena atira ao chão o comprometimento médico com, como diz determinado trecho



Gerardo Magela

Para Iris de Araújo, “nossa sociedade carece de valores, rumos, esperança e fé”

do juramento de Hipócrates, “o mais alto respeito à vida humana, desde sua concepção” – disse ela, acrescentando que “o direito à vida acabou vencendo, porque o bebê nasceu e sobreviveu”.

Para a senadora, esse e outros casos recentes de violência seriam sinais de que “a nossa sociedade está doente; carece de princípios, valores, critérios, rumos, esperança e fé”.

Senador afirma que caberá às lideranças decidir se a proposta que acaba com o voto secreto será apreciada imediatamente no Senado, caso obtenha aprovação na Câmara

Renan se encontra com líderes na terça para definir a pauta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve reunir os líderes partidários na próxima terça-feira para discutir as matérias que deverão ser votadas no esforço concentrado dos dias 4 a 6 deste mês – último antes das eleições. Renan disse que, se a Câmara dos Deputados votar o pacote de medidas provisórias (MPs) e projetos que aguardam deliberação urgente naquela Casa, os líderes terão de definir qual a ordem de apreciação das matérias que chegarem ao Senado.

O presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, por sua vez, tem encontrado disposição nos líderes daquela Casa para submeter as MPs a votações simbólicas e retirar a urgência de alguns projetos, conforme noticiou a Agência Câmara. Se isso for feito, estará aberto o caminho para a decisão sobre matérias prioritárias, como a loteria Timemania e a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, e a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o



J. Freitas

“Aqui nós temos decidido tudo com os líderes”, afirma Renan Calheiros

voto secreto.

Sobre a decisão que a Câmara vai tomar a respeito da PEC que põe fim ao voto secreto, Renan Calheiros explicou que há duas correntes de opinião no Senado a respeito de como devem ocorrer as votações.

– Há quem defenda o voto aberto porque possibilita o melhor acompanhamento do parlamentar pela sociedade que o

eleger. E há quem defenda o voto secreto, exatamente pelo argumento oposto. Porque garantirá mais independência do parlamentar em relação ao governo e ao poder econômico. Mas é o Plenário que vai decidir sobre isso – observou.

Ele esclareceu que, caso seja aprovada pela Câmara a proposta de voto aberto, caberá aos líderes partidários deliberar se a matéria será ou não imediatamente apreciada pelo Senado.

– Aqui nós temos decidido tudo com os líderes,

absolutamente tudo. Se os líderes entenderem que nós devemos priorizar essa votação, nós vamos priorizá-la. Pessoalmente, acho que o voto aberto é recomendável, como nos casos de cassação. Mas não se pode generalizar, porque aí você expõe as pessoas a uma pressão enorme do poder político e do poder econômico – assinalou Renan Calheiros.

Senado espera 20 MPs e cinco projetos da Câmara

A Câmara dos Deputados pretende examinar 20 medidas provisórias e mais cinco projetos de lei na próxima semana. Uma vez votadas, essas matérias seguem imediatamente para apreciação do Senado. As 20 MPs vão do número 293 até o 312, todas de 2006, cujo prazo de validade de 120 dias já expirou. Os projetos de lei são os de números 5.055/01, 1.154/95, 1.367/03, 7.193/06 e 7.363/06, que tramitam em regime de urgência.

Entre as MPs incluídas na ordem do dia da Câmara dos Depu-

tados, destaca-se a de nº 300, que autoriza o Poder Executivo a pagar indenizações a anistiados políticos, conforme a Lei 10.559/02. A MP 295 dispõe sobre a reestruturação das carreiras de especialista do Banco Central do Brasil, de magistério de ensino superior e de magistério de 1º e 2º graus. Também regulamenta a remuneração dessas carreiras e daquelas da área de ciência e tecnologia, de fiscal federal agropecuária e do setor de apoio à fiscalização federal agropecuária.

A MP 296 trata da criação de

cargos efetivos, de direção e de funções gratificadas para as novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior. Há ainda as MPs que dispõem sobre criação de carreiras na área da Previdência, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Brasileiro de Metrologia, Normalização e Certificação da Qualidade (Inmetro), tecnologia militar, Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), entre outras.

Marco Maciel sugere redução das penalidades para eleitores faltosos

Marco Maciel (PFL-PE) apresentou projeto para diminuir as penalidades aplicáveis ao eleitor brasileiro que não votar nem justificar sua ausência. Pelo PLS 244/06, esses cidadãos não mais ficarão impossibilitados de participar de concurso público, obter passaporte ou renovar matrícula

em estabelecimento de ensino, sendo suficiente comprovar que estão devidamente alistados como eleitores.

Na justificativa, o senador argumenta que as restrições ao exercício da cidadania ou da atividade econômico-financeira impostas ao eleitor faltoso são

excessivas e de constitucionalidade duvidosa.

No entender de Maciel, a multa cobrada do eleitor que não justificar sua ausência, bem como a possibilidade de cancelamento de seu registro eleitoral no caso de não votar em três eleições consecutivas, representam medidas

suficientemente desestimuladoras do absentismo eleitoral. Portanto, acrescenta ele, não há necessidade de maiores exigências.

Maciel se declara adepto do voto compulsório, mas ressalta que pretende “desvestir do ato de votar a camisa-de-força” imposta ao brasileiro.



Célio Azevedo

Maciel considera regras atuais excessivas e de constitucionalidade duvidosa

Sub-relator Carlos Sampaio diz que comissão deve estar sempre pronta a receber novas denúncias formuladas pelo empresário Luiz Antônio Vedoin

CPI liga 60 prefeituras a 37 parlamentares em esquema

O sub-relator de Sistematização da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sangues-sugas, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), entregou ontem à secretaria da comissão fluxogramas que apontam o envolvimento de 60 prefeituras com a chamada máfia das ambulâncias. O cruzamento de dados liga essas prefeituras a 37 parlamentares que teriam recebido propina do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, sócio da empresa Planam.

Carlos Sampaio informou que são três os tipos de fluxograma apresentados: o primeiro relaciona cada parlamentar às emendas que apresentou para aquisição de ambulâncias; outro traz o fluxo financeiro, que detalha as possíveis fontes para o pagamento de propina aos parlamentares; e um terceiro documento refere-se às 60 prefeituras para as quais Vedoin teria pagado propina.

– O fluxograma liga o parlamentar que apresentou emenda e recebeu propina com o município que, segundo Vedoin, também recebeu propina. É uma triangulação que havia e que estamos fechando neste primeiro momento em relação aos 37 parlamentares que receberam propina em suas próprias contas bancárias, por meio de assessores ou parentes – explicou.

O sub-relator informou que,



Para elaborar os fluxogramas, Sampaio (E) analisou emendas de 37 parlamentares

para a elaboração dos fluxogramas, foram analisadas todas as emendas orçamentárias apresentadas pelos 37 parlamentares especificamente para compra de ambulâncias, excluindo-se as destinadas a outras áreas da saúde, e se verificou para quais municípios o congressista apresentou tais emendas. Depois disso, esses dados foram comparados com o depoimento de Luiz Antônio Vedoin para verificar quais os prefeitos que, conforme o depoente, teriam recebido suborno.

– Segundo Vedoin, 60 prefeitos municipais receberam propina. Temos que identificar e construir as provas para que o sub-relator do Executivo [deputado Júlio Redecker (PSDB-RS)]

possa investigar esses municípios – esclareceu.

Sampaio afirmou que a comissão deve estar sempre disponível para receber eventuais novas provas contra parlamentares que o empresário possa oferecer. Ele observou que sempre que Vedoin acrescentou alguma informação comprovou o que dizia.

– A CPI não pode dizer que ele se lembrou tardiamente. Não importa o momento em que Luiz Vedoin se lembre de um nome de parlamentar. O que importa é se ele vai trazer provas. Se ele for trazer, qualquer momento é oportuno para que possamos investigar, qualquer que seja o parlamentar. Tentar desacreditá-lo só interessa aos envolvidos – assinalou Sampaio.

Conselho de estudos vai auxiliar trabalho legislativo

A Mesa diretora do Senado assinou ato instituindo o Conselho de Estudos Políticos com o objetivo de organizar conhecimentos e projetos destinados a modernizar o Legislativo e ajudar o país a desenvolver-se. O organismo será composto de sete integrantes: três representantes da sociedade civil, três funcionários da Casa e um senador, que o presidirá.

Os três representantes da sociedade serão o cientista político Otaciano Nogueira, o jornalista Carlos Chagas e o jurista Nelson Jobim, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal. A instalação do conselho está marcada para

o dia 12, às 11h, no gabinete da Presidência do Senado.

Defensor desse centro de estudos desde que assumiu a direção do Senado, Renan Calheiros o considera vital para modernizar o Legislativo e torná-lo mais adaptado à velocidade das mudanças num mundo globalizado. A idéia básica é dinamizar a atuação da instituição na feitura de leis, fornecendo os melhores subsídios para o trabalho dos senadores.

A criação do conselho ocorre num momento considerado oportuno pelo presidente do Senado, em razão da crise política no país e da necessidade de reformas.

Entre essas reformas, o senador vem defendendo especialmente a política, a tributária e a orçamentária. Ele acha que um dos principais resultados das eleições de outubro será a depuração do sistema político-eleitoral em vigor.

No ato de criação do colegiado estão relacionados, entre outros, os seguintes objetivos: realizar estudos relativos a políticas e diretrizes legislativas ou institucionais; propor tecnologias, programas, políticas ou ações governamentais; e colaborar com entidades públicas e privadas em estudos e pesquisas de interesse do país e do Parlamento.

Wu prevê comércio de US\$ 20 bilhões entre Brasil e China

O comércio bilateral entre Brasil e China deverá alcançar até 2007 o montante de US\$ 20 bilhões, segundo previsão feita ontem pelo presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China, Wu Bangguo, durante palestra na Câmara dos Deputados. O valor é superior aos US\$ 18,7 bilhões do comércio entre o Brasil e os demais países do Mercosul, no ano passado.

Em seu último dia de visita ao Brasil, antes de seguir para o Uruguai, o segundo homem da hierarquia política chinesa ressaltou ainda a mudança da composição da pauta bilateral de comércio, para incluir produtos de maior conteúdo tecnológico. Um dia antes, ele participou, no Palácio do Planalto, do anúncio da compra, pela empresa aérea chinesa HNA, de cem aviões Embraer.

– A composição de produtos no comércio bilateral está passando por mudanças essenciais. Aviões regionais brasileiros e outros produtos de alta tecnologia e alto valor agregado estão ganhando a preferência do mercado chinês, enquanto produtos chineses de



Jane Araújo

Wu Bangguo resalta que a China tem obtido crescimento médio de 9,6%

eletrônica e de telecomunicações já têm confiança dos consumidores brasileiros – enumerou Wu Bangguo, durante a conferência intitulada “Intensificar cooperações amistosas, realizar o desenvolvimento comum”.

O presidente do comitê da Assembléia chinesa observou que, entre 1978 e 2005, após adotar o modelo de “economia de mercado socialista” aberta ao exterior, a China teve crescimento econômico médio anual de 9,6%. O produto interno bruto (PIB) do país passou de US\$ 216,5 bilhões para US\$ 2,2 trilhões ao longo do período.

Arthur Virgílio requer informações sobre compra de aviões para a FAB

Arthur Virgílio (PSDB-AM) entregou ontem à Mesa do Senado Federal requerimento pedindo informações ao Ministério da Defesa acerca da compra de 50 novos aviões para a Força Aérea Brasileira (FAB). De acordo com o senador, a revista *IstoÉ* publicou matéria na qual aparecem suspeitas de irregularidades na aquisição, em virtude de ter sido apresentado ao ministério modelo de aeronave mais barato.

Outro requerimento apresentado pelo senador solicita ao Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre suposto repasse de R\$ 605 milhões para entidades privadas sem fins lucrativos ligadas a movimentos sociais. O senador quer detalhes sobre cada um dos repasses e cada uma das instituições. O pedido também foi motivado por matéria da *IstoÉ*.

Embrapa

Arthur Virgílio também preparou requerimento solicitando voto de aplauso à Embrapa Amazônia Ocidental, que completa 32 anos de existência nesta semana. De acordo com o senador, a empresa contribui com soluções para



Geraldo Magalhães

Virgílio questiona repasse de R\$ 605 milhões para entidades privadas

o desenvolvimento sustentável da região por meio da “geração, adaptação e transferência de conhecimentos e novas tecnologias”. A nova chefe-geral da entidade, Maria do Rosário Lobato Rodrigues, é a primeira amazonense a ocupar o cargo.

A Embrapa atua no Amazonas desde 1974, por meio da Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual e do Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê. Com a fusão das unidades, foi criado o Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Ocidental, atualmente denominada Embrapa Amazônia Ocidental.